

CONTRIBUIÇÕES DO GT CAPOEIRA E EDUCAÇÃO

Este documento apresenta os resultados dos debates desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho **Capoeira e Educação**, do 1º Encontro Regional do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira - Pró-Capoeira, realizado durante os dias 08, 09 e 10 de setembro de 2010, em Recife (PE). Os grupos de trabalho foram organizados a partir de eixos temáticos, com o objetivo de fomentar debates, reflexões e formulação de um diagnóstico das demandas do campo e de possíveis propostas de ação para a implementação do Pró-Capoeira, considerando a amplitude das interfaces da capoeira com a sociedade. O GT Capoeira e Educação contou com a participação de aproximadamente oitenta capoeiristas da região Nordeste e com a presença de representantes do Ministério da Cultura-MinC, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, do Ministério da Educação -MEC e de consultores contratados pelo Grupo de Trabalho Pró-Capoeira- GTPC para contribuir com a dinâmica dos encontros. As proposições sistematizadas neste documento são resultado dos debates realizados pelos participantes do GT e consensualmente acordadas entre os presentes. Neste GT foram realizadas discussões ampliadas sobre questões como regionalidade, notoriedade dos mestres, transmissão de saberes, formas de expressão, interação escola comunidade, inserção da capoeira no ensino formal, acessibilidade aos programas, projetos e editais, dentre outros enfoques relacionados à temática capoeira e educação.

ÁREAS TEMÁTICAS	SITUAÇÕES-PROBLEMA	SOLUÇÕES SUGERIDAS
<p style="text-align: center;">POLITICAS PÚBLICAS e PARCERIAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Carência de políticas de estado para a criação e incentivo à projetos e programas de capoeira em suas diferentes perspectivas em nível federal, estadual, municipal e nas IES. Projetos são aprovados, mas muda-se o governo, e eles são encerrados; • Falta de canais de diálogo e de parcerias com as secretarias governamentais para garantir a capoeira como prática educativa, cultural e de fácil acesso. • Como capacitar os capoeiras para produção e acesso às políticas públicas? • Ausência de redes nacionais e internacionais com apoio do estado e das IES 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parcerias entre os ministérios (MinC/IPHAN, MEC, ME, MT) e as secretarias estaduais e municipais para garantir como política de estado de pleno acesso à sociedade brasileira a prática da capoeira, com qualificação profissional, carreira de trabalho e salário compatível à formação e responsabilidade inerentes à atividade educacional do capoeira, considerando-a numa perspectiva educativa e cultural; seus métodos, lugares e formas tradicionais de ensino; sua multidisciplinaridade e transversalidade nas diferentes áreas humanas e da saúde; • Criar redes e fóruns de educadores capoeiristas

	<p>para intercâmbio, produção, permanência e diálogo de saberes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em estabelecer parcerias de projetos de capoeira com empresas privadas, com os governos estaduais, municipais e federal e IES; • Descontinuidade de políticas. 	<p>permanentes para sistematizar a discussão, compartilhar experiências e pensar a atuação do capoeira na educação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • MinC e IPHAN como parceiros para fomentar as redes para intercâmbio, produção, permanência e diálogo de saberes; • Formalizar e ampliar parcerias com o poder público local para realizar projetos de capoeira. • Capacitação para os gestores do setor público no sentido de atender melhor as demandas dos capoeiristas • Superar a lógica das concessões partidárias, garantindo a realização de projetos continuados, e não contingentes aos partidos políticos. • Propor políticas de estado ao invés de políticas de governo que contemplem os atores que participam do processo relativo a capoeira. • Criação de políticas afirmativas de estado que divulguem, valorizem e promovam a pesquisa, ensino e a prática da capoeira.
<p>AUTONOMIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades para garantir a autonomia intelectual dos capoeiras no acesso aos programas, projetos e editais das políticas de estado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Privilegiar os mestres tradicionais (reconhecimento do Notório Saber e Honores Causa) como detentores dos saberes da capoeira para atuar nos diversos espaços educativos, formais e não formais, público e privado; • Dispensar os mestres tradicionais da necessidade de diplomas e demais formalidades através do reconhecimento de seu notório saber durante sua atuação como difusor da capoeira no Brasil e Exterior;

		<ul style="list-style-type: none"> • Criar um registro para reconhecer o praticante de capoeira como educador da cultura popular afro-brasileira.
MULTIDISCIPLINARIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de diálogo entre os conhecimentos populares e acadêmicos relativos à capoeira; • Falta de incentivo do estado para a ampliação do diálogo entre as práticas da cultura popular. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de programas que estimulem a parceria entre os professores de capoeira e os demais professores da escola favorecendo a multidisciplinaridade; é preciso trabalhar em parcerias com os professores nas escolas, vinculando a capoeira a outras disciplinas escolares e atuar transversalmente no currículo escolar. • Garantir a educação ambiental na capoeira e os conteúdos referentes ao processo de coleta de biriba na mata atlântica e seus fundamentos. • Considerar sempre no ensino da capoeira a tradição repassada pelos mestres e pautar nela o trabalho educacional. • Promover através de programas e editais o diálogo entre a prática educativa e cultural da capoeira com outras práticas culturais.
ESCOLA E FORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de formação universitária para os capoeiras; • Como classificar o educador para exercer a profissão de capoeira? • Os educadores de capoeira não estão preparados para atuar no campo da diversidade, tanto no ensino formal quanto não-formal; • Alguns capoeiristas não estão organizados 	<ul style="list-style-type: none"> • Formar canais de diálogo permanentes (redes virtuais, fóruns, encontros, congressos...) e uma comissão a partir do Programa de Incentivo e Salvaguarda da Capoeira com parceria ministerial (MinC/IPHAN e MEC), IES, Sec. Estaduais e Municipais e os mestres tradicionais, para tratar o tema Capoeira e Educação. A partir disso, elaborar entre outras propostas: 1- a inserção da disciplina capoeira como prática educativa da cultura nos currículos fundamental e médio; 2- criação de cursos técnicos e de ensino superior, sendo o corpo docente constituído com mestres tradicionais e reconhecidos e acadêmicos que dialogam e quando preciso disciplinas específicas (psicologia, antropologia,

	<p>socialmente para atuarem na implementação e permanência de projetos e políticas de inclusão nas escolas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco reconhecimento da capoeira como área de conhecimento na escola impõe um abismo entre professores e mestres de capoeira ao trabalho formal nestas instituições. Muitas vezes a resistência é encontrada na falta de interesse dos gestores que rejeitam projetos de capoeira ou não disponibilizam espaços adequados, isto quando a escola possui um; • Diferenças entre a “capoeira da escola” e “na escola”; • O início da docência, muitas vezes recai sobre o ensino infantil. Servindo ele como laboratório de professores, quando o professor ainda não está preparado; • Engessamento dos saberes da capoeira para satisfazer gestores e formalidades das instituições; • Substituição do professor titular por um aluno não qualificado para esta função, apenas para garantir abrangência no mercado; • O que se trabalha nas escolas, muitas vezes, não é divulgação da capoeira, mas dos grupos de capoeira. 	<p>adaptações orgânicas, educação, fisiologia...) dar ênfase aos acadêmicos mestres de capoeira;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar cursos de especialização, formação continuada e métodos de ensino através de parcerias ministeriais (MinC/IPHAN, MEC, MS), Instituições de Ensino Superior (IES), secretarias estaduais e municipais e os mestres tradicionais para as diversas áreas de atuação (educação inclusiva, ambiental e infantil, jovens e adultos (EJA) - terceira idade...) do educador de capoeira, no Brasil e exterior. Considerando a pluralidade, diversidade e diferentes regionalidades da capoeira; seus métodos, lugares e formas tradicionais de ensino; sua multidisciplinaridade e transversalidade nas diferentes áreas humanas e da saúde - e as legislações pertinentes, por exemplo, o estatuto da criança e do adolescente, as leis sobre a profissionalização e a Lei 10.639, garantindo sua inserção no mercado de trabalho nos espaços formais e não formais, públicos e privados nas diversas áreas: educação e cultura popular, shows e apresentações culturais, produção de artesanatos, teatro, música, história...; • Há cursos de extensão, disciplinas optativas e obrigatórias de capoeira em diferentes IES brasileiras e no exterior, como exemplo da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Santa Catarina. É preciso gerar condições para ampliar estas propostas e criar espaços de intercâmbio e socialização destas experiências para a comunidade da capoeira e entre os projetos; • Bolsas de estudo para o ensino superior em IES públicas e privadas para educadores populares de capoeira nas áreas afins;
--	---	---

		<ul style="list-style-type: none"> • Criar estratégias de valorização dos saberes tradicionais da capoeira no diálogo com as novas tecnologias, por exemplo, o ensino a distancia (EAD); • Gerar cursos de capacitação e primeiros socorros através de parcerias, entre outras possibilidades para que os capoeiras que não tenham educação formal e formação pedagógica possam atuar nas escolas; • Utilizar o Cadastro Nacional da Capoeira (CNC) para formar banco de dados de mestres e professores qualificados e de contratação democrática para ministrar cursos, disciplinas curriculares, atuar em projetos e na educação formal; • Construir mecanismos para que a inclusão da capoeira nas escolas seja referendada pelas determinações da comunidade escolar e não dos grupos de capoeira que o professor ou mestre está inserido; • Abrir vagas nos cursos de capacitação dos professores da rede pública oferecidos pelo MEC para educadores de capoeira.
<p>INCLUSÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As escolas regulares não possuem espaço apropriado para receber o portador de necessidades especiais e seus profissionais não estão preparados; • As escolas regulares estão se transformando em escolas inclusivas sem dar condições de trabalho; • o professor tem dificuldade em trabalhar 	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar mais espaços e formação para a Capoeira Inclusiva nos espaços formais e informais, públicos e privados; • Qualificar o educador de capoeira para trabalhar com a inclusão, inclusive dando condições de identificar as diferentes necessidades especiais; • Construir métodos de ensino para inclusão que

	com a diversidade no ensino formal e não-formal.	respeitem os saberes tradicionais da capoeira.
SECTARISMO	<ul style="list-style-type: none"> Falta de capacitação, individualismo e controle de mercado produzem monopólios na aprovação de projetos e na atuação, defesa e aplicação dos direitos dos capoeiras para mestres e professores, grupos e entidades – <i>empresários da capoeira</i> -, servindo para benefícios próprios em programas do governo municipal, estadual e federal e nas IES; 	<ul style="list-style-type: none"> Criar mecanismos para se garantir a imparcialidade nas ações governamentais, evitando o exclusivismo de grupos e mestres, inclusive em projetos de escolas.
MATERIAL	<ul style="list-style-type: none"> Escassez de material didático específico sobre capoeira e acesso a eles: livros, revistas, CD's, DVD's, etc; Quase inexistência dos resultados das pesquisas acadêmicas para a comunidade da capoeira, em específico os lugares onde foram realizadas; 	<ul style="list-style-type: none"> Estimular a produção de pesquisas em educação e publicação de livros e materiais didáticos através de prêmios e bolsas em parceria com CNPq, CAPES e Fundações, com distribuição nacional nas IES, nas escolas e nos locais e para os participantes que foram pesquisados, adaptando a linguagem acadêmica ao saber popular; Estimular a criação de grupos de pesquisa sobre os diversos temas de capoeira através de editais para produção de materiais; Criar um Centro Nacional de Referência virtual de livre acesso contendo produções nacionais e estrangeiras (pesquisas acadêmicas, revistas e livros digitalizados, vídeos e músicas) para auxiliar os educadores em sua prática e divulgar a cultura da capoeira no Brasil e exterior; Criação de políticas afirmativas de estado que divulguem, valorizem e promovam a pesquisa, o ensino e a prática da capoeira no Brasil e exterior;

<p>LEI 10639/2003</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Lei 10.639 não garante por si que os mestres e professores de capoeira possam ensiná-la nas escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Gerar políticas de estado para programas de implementação da capoeira no ensino formal e não formal, público e privado, valorizando teoria e prática e considerando a lei 10.639 com uma entre outras possibilidades, garantindo também a participação dos saberes da capoeira no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas – <i>capoeirização da escola</i> - e a participação destes educadores nas reuniões escolares deliberativas; • Criar espaços para se debater a Lei 10.639 com enfoque na capoeira; • Criação de uma lei específica que regule a introdução do ensino da capoeira na educação formal e o trabalho deste educador, considerando sua realidade econômica;
<p>CRITÉRIOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os programas governamentais, como o Escola Aberta, não estão garantindo a melhor forma de introduzir práticas culturais como a capoeira na escola. • Falta de preocupação do programa mais educação na contratação de profissionais com experiência adequada para a função. • O engessamento da capoeira para satisfazer gestores e formalidades das instituições. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar mecanismos para se ampliar o diálogo entre a comunidade da capoeira e os gestores da educação para atender melhor as demandas da área; • Instituir conselhos de grupos e mestres representativos em parceria com as secretarias de educação para atuar na formação dos educadores que atuam nas escolas e para dialogar com seus gestores; • Criar critérios qualitativos para a contratação dos educadores de capoeira nos programas governamentais, exemplo escola aberta. • Dispensar os velhos mestres da necessidade de diplomas e demais reconhecimentos formais em sua atuação com difusor da capoeira no Brasil e Exterior.

REMUNERAÇÃO	Exploração do trabalho e do trabalhador de capoeira nos programas do governo, nos espaços formais e não-formais de ensino.	<ul style="list-style-type: none">• Contratação de mestres e professores de capoeira com as garantias do funcionalismo público para atuar nas escolas.
--------------------	--	--